



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 047, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES**

Cumprimentando-os cordialmente, venho pelo presente encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que **Dispõe sobre o Parcelamento/Reparcelamento de débitos do Município de São Pedro da Aldeia – RJ com Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia**, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 14483/2018.

CONSIDERANDO que o Município tem passado por dificuldades de diversas ordens, assim como outros entes da Federação, cujas circunstâncias são notórias em nosso País;

CONSIDERANDO que para a regularização de débito junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia - PREVISPA é necessário o parcelamento, haja vista a vultuosidade dos valores, pois a municipalidade não tem como quitá-los de forma integral;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei 4.320/64 determina a necessidade de autorização legislativa para que se efetue o referido parcelamento;

CONSIDERANDO, finalmente, que não há qualquer impedimento de ordem constitucional nem infraconstitucional quanto a possibilidade do Executivo Municipal efetuar o parcelamento através do presente Projeto de Lei.

E por se tratar de matéria de expressivo interesse público para o Município, solicito que o **PROJETO DE LEI** anexo seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o art. 55 da Lei Orgânica Municipal.

Com estima e elevada consideração, renovo a todos os integrantes desse Excelso Poder, minhas homenagens.

Atenciosamente,

CLÁUDIO CHUMBINHO
= Prefeito =

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
Vereador BRUNO MENDONÇA DA COSTA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ**



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº 214/ 2018.

Dispõe sobre o Parcelamento/ Reparcimento de Débitos do Município de São Pedro da Aldeia - RJ com o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Parcelamento/Reparcimento dos débitos do Município de São Pedro da Aldeia com o seu Regime Próprio de Previdência Social, gerido pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA - PREVISPA**, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, dos consecutórios legais (multas, correções e juros) das contribuições devidas pelo Município ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2017, que não foram repassadas no momento oportuno, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcimento.

Art. 3º Em caso de reparcimento, para apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcimento ou reparcimento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5 % (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação do parcimento ou reparcimento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcimento.



Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Estado do Rio de Janeiro
Gabinete do Prefeito

Art. 4º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 6º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º As Despesas e encargos decorrentes da execução desta Lei correrão sob o Programa de Trabalho 28.843.021.2.101 – Dívida Pública e Encargos – Fazenda, à conta da Dotação Orçamentária 3.2.90.21.01.00 Juros sobre a Dívida por Contrato – Interna e 4.6.90.71.01.00 Principal da Dívida por Contrato – Interna.

Art. 8º Esta **Lei** entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia,
14 de dezembro de 2018.**

**CLÁUDIO CHUMBINHO
= Prefeito=**